

**A defesa da praça e dos eucaliptos:
reflexões sobre o uso do patrimônio como espaço de performance
e atuação política (Nova Friburgo / RJ) ¹**

Maria Suellen Timoteo Correa

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil
Doutoranda em Antropologia
Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1498-3231>
E-mail: suellentcorrea@gmail.com

Resumo: A presente produção apresenta reflexões sobre o patrimônio e seus usos ligados a contextos da sua defesa e resignificação. A partir da experiência das reivindicações contrárias à derrubada de árvores de uma praça tombada em Nova Friburgo / RJ, o artigo aborda linguagens performáticas e rituais em contextos de negociação e reivindicação, utilizando o patrimônio e seus elementos como espaço e sujeito.

Palavras-chave: Patrimonialização; Praça; Performances; Reivindicações; Nova Friburgo / RJ.

The defence of the square and the eucalyptus trees: reflections on the use of heritage as a space for performance and political action (Nova Friburgo / RJ)

Abstract: This production think about cultural heritage and its uses related to contexts of its defense and resignification. From demonstrations against tree felling actions in a square located in Nova Friburgo / RJ, the article approaches performance languages in contexts of negotiation and protests, using the heritage and its elements as space and as a pers.

Keywords: Heritage protection; Square; Performances; Protests; Nova Friburgo / RJ.

Texto recebido em: 10/04/2018

Texto aprovado em: 21/05/2019

Introdução

O presente artigo pretende apresentar reflexões concernentes ao uso do patrimônio material enquanto espaço reivindicatório e às formas de linguagens expressivas aliadas a contextos de negociação e de patrimonialização. A patrimonialização aqui é entendida enquanto construções institucionalizadas de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial (CRUZ, 2012).

Para tanto, será apresentado um episódio ocorrido em 2015, no município de Nova Friburgo / RJ, envolvendo a patrimonialização e seus interesses diversos ligados à Praça Getúlio Vargas, no centro da cidade, e à manutenção de seus eucaliptos. A proposta é também apresentar este espaço abrangendo rituais e performances ligados ao patrimônio, às disputas e aos engajamentos políticos no processo reivindicatório da manutenção da praça e de seus elementos urbanísticos.

Apesar do estudo se debruçar sobre um processo de patrimonialização material, é possível levar em conta subjetividades, saberes, expressões culturais – como festas e performances - inseridos nos processos de negociação, produção e manutenção desses espaços de diferenciação, o que denota o caráter imaterial do patrimônio, ao tratar da relação entre os atores e o espaço.

Patrimônio além da materialidade

O conceito “patrimônio material”, dentro das Ciências Sociais, sobretudo da Antropologia, é repleto de discussões e classificações que, num primeiro momento, podem ser abreviadas em torno de objetos materiais dotados de “relevância social e simbólica”, buscando como referência os estudos sobre patrimônio de José Reginaldo S. Gonçalves (2007, p. 14).

A relevância desses objetos, por determinados grupos sociais, é dada a partir dos sistemas culturais ou sistemas classificatórios nos quais o sujeito se situa. Tomando a análise histórica e crítica do conceito, os sistemas classificatórios, de uma maneira geral, foram durante um tempo considerável inspirados em categorias analíticas ocidentais binárias, como sujeito e objeto, ou conceito e coisa.

Esta lógica de separação, no entanto, pode impedir a visão de que, ao se tratar da questão patrimonial, variados elementos são levados em conta na análise, sejam das esferas material ou imaterial. Um exemplo dessa situação é apresentado por Gilberto Velho, quando se lembra da sua participação como um dos relatores no processo de tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador / BA.

Na época (1984), o conselho estava muito dividido, pois uma parte não considerava tomar um pedaço de terra que não possuía monumentalidade nem valor artístico, variáveis levadas em conta muitas vezes primordialmente nos

processos de patrimonialização. O que estes não percebiam era que “do ponto de vista dessas pessoas, o que importava era a sacralidade do terreno, seu ‘axé” (VELHO, 2007, p. 249), ou seja, não percebiam que no processo de patrimonialização de um bem material, o que era mais considerado como relevante eram características subjetivas. Como afirma Gonçalves: “como se possível fosse separar na vida social e cultural o material do imaterial” (2007, p. 17-18).

Apesar das considerações anteriores, levando em conta a facilitação na comunicação sobre determinadas diferenças, o presente trabalho se debruça na categoria dita material. Ao apresentar um patrimônio material, no entanto, a produção analisa objetos, paisagens ou cenários classificados e reconhecidos, representando uma identidade, memória e “desempenhando uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007, p. 28).

Os patrimônios podem também servir como gênero de discurso e narrativa (GONÇALVES, 2007, p. 139), utilizados em disputas e processos de sua própria defesa e manutenção. Podem, também, servir como mediadores de disputas políticas (GUIMARÃES, 2012, p. 299).

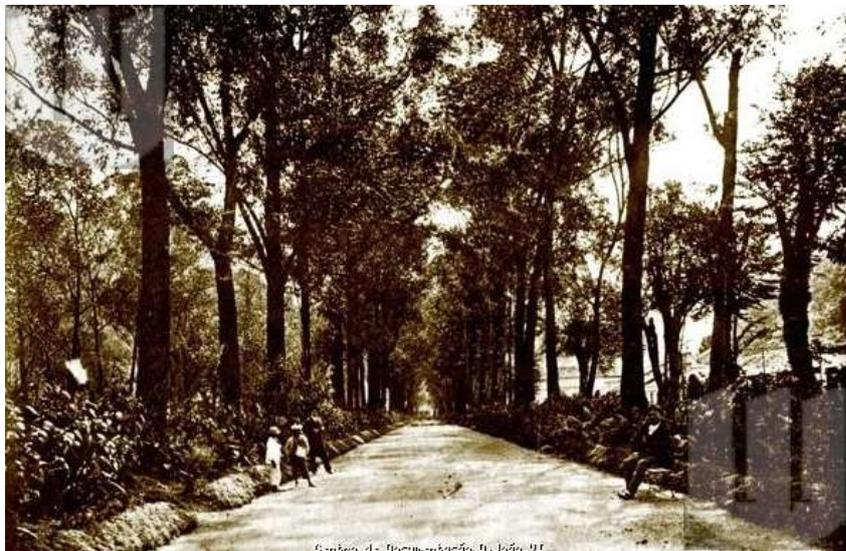
Para uma análise dessas condições, mais importante do que se ater nas escolhas desses objetos patrimoniais, ou das categorias, é se fixar nos processos de reclassificação dos mesmos, quando é possível aprofundar seus estudos e entender mais da “sociedade em ato”.

No presente trabalho, o patrimônio da Praça Getúlio Vargas, em Nova Friburgo, será analisado a partir de manifestações performáticas e rituais, nos conflitos envolvendo a manutenção ou não da sua continuidade, apresentando o patrimônio de maneira mais dinâmica e ressignificada.

A praça e os eucaliptos enquanto patrimônios e espaço de drama / conflitos

A Praça Getúlio Vargas, antiga “Praça Princesa Isabel”, em Nova Friburgo, é um local projetado pelo renomado paisagista e botânico francês Auguste François Marie Glaziou, executado pelo engenheiro Carlos Engert (1880) e financiado pelo 2º Barão de Nova Friburgo, no final do século XIX (FOLLY, 2007).

O espaço, sendo a principal praça de Nova Friburgo, é uma área de alargamento do principal eixo urbano da cidade e ponto de encontro da população local. É neste local que também se encontra, em uma de suas pontas, a rodoviária urbana e uma feirinha de itens artesanais em sua extensão, funcionando aos finais de semana. A praça é composta por bancos, parquinho infantil, chafariz, coreto, fonte luminosa e canteiros floridos enriquecidos com eucaliptos centenários. Vale destacar que estas árvores atenderam à criação do paisagismo e sanaram uma área alagadiça existente no local².



Fonte: Acervo do Centro de Documentação D. João VI (Nova Friburgo / RJ).

FIGURA 1
A praça na década de 1920

Em suas alamedas se encontram diversos monumentos, como imagens, homenagens e estátuas e, ao seu redor, estão o prédio do antigo Fórum, dos Correios, a casa do Barão de Nova Friburgo, entre outros, além dos sobrados que retratam a Nova Friburgo nos séculos XIX e XX. Segundo texto disponível no site³ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

O valor paisagístico destaca-se graças à grande dimensão da arborização e por ser a única praça de Glaziou realizada segundo os moldes dos jardins franceses do século XVII, ao contrário do estilo inglês - livre, assimétrico e com elementos românticos do qual o

paisagista sempre foi seguidor. Ele criou uma praça onde as linhas direcionais conduziam o olhar para uma perspectiva sem fim, e onde a escala humana perdia-se no eixo longitudinal de simetria dos espelhos d'água e renques formados pelos eucaliptos.

A praça foi tombada pelo IPHAN em 1972, como “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas” (BRASIL, 2005, p. 187), classificado como Patrimônio Material de Conjuntos Urbanos Tombados. Depois de Praça Princesa Izabel, passou a chamar-se Praça Quinze de Novembro (BRASIL, 2005, p. 190). Era chamada vulgarmente no passado, segundo a historiadora Janaína Botelho⁴, por “Praça dos Eucaliptos”, ilustrando a expressiva presença desses veios. Segue um relato da pesquisadora, mais detalhado, da praça e sua construção:

Esses eucaliptos tiveram no passado uma função utilitária de drenar o solo pantanoso e ainda purificar o ar combatendo os supostos miasmas que se desprendiam do solo. Na ocasião, acreditava-se que doenças como a febre amarela vinham do ar, dos miasmas, e por isso incentivava-se o plantio de árvores para purificar a atmosfera. Escolheram a espécie do eucalyptus robusta pela crença de que estas árvores trariam o benefício da purificação do ar e drenagem do solo. A Praça dos Eucaliptos acabou ganhando igualmente cores com buguenviles e flores se espalhando ao seu redor, tornando-se um dos locais mais aprazíveis da cidade. Fontes de água igualmente ganharam espaço nesse delicioso recanto. Grassam nas crônicas dos jornais cariocas matérias que destacam a beleza dessa praça descrita pelos veranistas como um dos locais mais deliciosos da cidade. (...) Bernardo Clemente Pinto, o segundo Barão de Nova Friburgo, foi o mecenas dessa praça, investindo 10 contos de réis. Igualmente possuía um solar no seu entorno e se beneficiaria com o embelezamento dela. Foi o responsável pela vinda do famoso Glaziou.

Pelos relatos acima, é possível identificar elementos ligados à monumentalização e à paisagística do local que explicam o processo de patrimonialização pelo IPHAN até a década de 80, com ênfase na questão material, com símbolos e ícones mais “tradicionais” (GUIMARÃES, 2012), ligados à monumentalidade e afirmação da nação (GONÇALVES, 1996).

Além dos elementos materiais, contudo, é pertinente frisar a importância histórica do local, ligada às mais variadas memórias acionadas pelos moradores e turistas, além da questão afetiva e outras subjetividades expressas. Um exemplo disso é a referência utilizada por alguns moradores e apoiadores da manutenção da praça e seus eucaliptos, chamando-a de “patrimônio paisagístico, arquitetônico, cultural e *afetivo* de nossa cidade”⁵ (grifo meu).

O que interessa no momento é destacar que o local não é feito somente de materialidade, mas tem interligado na sua expressão outras referências que vão além da sua paisagística e que podem estar relacionadas ao que estes elementos materiais expressam. Os eucaliptos presentes na praça podem dar pistas sobre esta reflexão, a partir da ocasião em que parte do seu repositório foi derrubada, por parte da prefeitura da cidade.

Curiosamente no passado, com pouco tempo de concluída, a praça foi também alvo de tentativas de derrubada de suas árvores e de conflitos relacionados a sua manutenção.

Segundo a dissertação de Folly, a partir de 1881, houve discussões na Câmara sobre a poda das árvores e a manutenção do local, não se chegando a uma resolução do caso, o que manteve a existência da praça. Alguns vereadores e moradores eram contrários a sua conservação, por conta da insuficiência de verbas e de “imoralidades” praticadas no espaço. Outros, como o sanitarista Carlos Eboli e o vereador Galiano das Neves eram seus defensores. Este último “defendeu fervorosamente o projeto de Glaziou. Alegou um crime a destruição da obra financiada pelo então 2º Barão de Nova Friburgo” (2007, p. 138).

Chegando à atualidade, em janeiro de 2015, em decisão anunciada no dia 06, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, alegando risco de quedas, iniciou o corte com motosserras de alguns eucaliptos centenários da Praça Getúlio Vargas. De acordo com matéria jornalística⁶, para a prefeitura:

a prioridade é a segurança das pessoas que passam pela praça e será montada uma operação para realizar o corte raso de 40 eucaliptos condenados e podar outros 44 que oferecem risco de queda de galhos. A ação seguirá um estudo realizado por alunos da Universidade Estácio de Sá. De acordo com o município, a decisão foi adiada por falta de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pelo tombamento do local. Porém, em nota, o órgão informou que ‘as podas e/ou cortes podem ser realizadas desde que haja laudo técnico emitido por profissional devidamente habilitado, comprovando a necessidade de tal.’

A ação gerou o descontentamento de muitos moradores, alguns dos quais iniciaram uma movimentação para impedir, a partir de protestos, que mais árvores fossem cortadas. Em outra matéria de jornal, manifestantes afirmaram que o corte raso das árvores era uma “ação assassina” e que destruía a história do município⁷.

Ao fim do mês de janeiro e ao longo de fevereiro, seguiram-se diversos tipos de manifestações. Antes de relatá-los, porém, convém apresentar alguns dos motivos da insatisfação e pelos quais manifestantes foram para a praça, para as ruas e até à Câmara Municipal.

Primeiramente, a prefeitura não deveria, segundo manifestantes, ter derrubado as árvores, pois este tipo de eucalipto ali existente teria como característica a desrama natural. Seus galhos se desprendem naturalmente, sem qualquer tipo de fator que venha a provocar sua queda. Com o passar dos anos, a queda de galhos ou de toda a árvore, como já havia acontecido em julho de 2012, seria um acontecimento normal e as podas erradas ao longo dos anos poderiam contribuir com esses incidentes.



Fonte: Jornal Fórum Século XXI, 3 de março de 2015.

FIGURA 2

A praça, após a derrubada de alguns eucaliptos, em 2015

Como comprova a seguinte citação, tirada da página do movimento “Abraço às árvores – SOS Praça Getúlio Vargas”, na visão dos manifestantes aconteceu uma série de irregularidades e atos, inclusive, contrários à manutenção do patrimônio:

Árvores comprovadamente sadias derrubadas sem a apresentação de exames fitopatológicos; Cortes e podas realizados sem critério técnicos e qualificação, conduzidos por Serraria sem especialização em Manejo Florestal; Ausência de informações transparentes sobre todo o processo, incluindo dados sobre licitação, valor do serviço, custos, prazo e disponibilidade de licenças ambientais diversas; e ainda a destinação e volume das madeiras estocadas na Serraria Melodia; Falta de procedimentos em boas práticas: segurança do trabalho, saúde e meio ambiente; Projeto de revitalização proposto sem a devida transparência e discussão coletiva, elaborado por empresa privada Technishe, que orienta a derrubada de aproximadamente 70 eucaliptos tombados; em discordância com as regras da conservação patrimonial; Inexistência de estudos e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA), que definam compensações ambientais aos danos propostos no projeto; Descaracterização total da Praça tombada, e a destruição do patrimônio histórico-cultural.

Vale destacar que, por sua vez, a prefeitura havia se amparado em um laudo produzido por um grupo de estudantes e profissionais de uma faculdade particular da cidade, no entanto, divulgação anterior ao público, para seu conhecimento a tempo dos acontecimentos. A intenção da derrubada dos eucaliptos era seguir com uma “revitalização” do local, conforme apresentado posteriormente, em um “Plano de Revitalização Urbano Paisagística da Praça Getúlio Vargas”⁸, elaborado por uma empresa de engenharia a ser contratada pelo IPHAN.

Segundo integrantes do movimento social Abraço às Árvores – SOS Praça Getúlio Vargas e até mesmo do INEA – Instituto Estadual do Ambiente, havia contradições nos laudos produzidos por técnicos da universidade e da empresa contratada para realizar o serviço, com uma diferença de indicação de derrubada de mais de cinquenta árvores entre os dois⁹.

Seguem mais relatos sobre as ações do movimento¹⁰:

Perplexos, consternados e assustados com a destruição radical de 1/3 da praça; um grupo de profissionais liberais, artistas, historiadores, gestores ambientais, cidadãos e amantes de Nova Friburgo, resolveram se manifestar. O movimento ABRAÇO ÀS ÁRVORES – SOS PRAÇA GETÚLIO VARGAS, organizado através da internet, de base apartidária, foi aos poucos crescendo, marcando presença, dialogando com a sociedade, e sendo enriquecido aos poucos por uma leitura crítica a respeito do que presenciavam. Ao longo de aproximadamente 30 dias ocupando a praça, e presentes nos dias específicos dos serviços de corte e poda, puderam perceber graves imperícias, tais como: (...) não presença de profissionais especialistas orientando o trabalho; podas agressivas errôneas e sem critérios técnicos e de desenho; licenças, autorizações e exames fitopatológicos com métodos comprovadamente profissionais não disponibilizados; serviços executados sem as devidas boas práticas em segurança; informações

distorcidas e/ou não fornecidas; enfim, um cenário desprovido de segurança, transparência, diálogo e esclarecimentos pertinentes aquela ação desproporcional.



Fonte: Acervo da autora (2019).

FIGURA 3

Montagem apresentando imagens de dois eucaliptos cortados na praça, atualmente

É possível ver plantas e galhos nascendo dos seus troncos e raízes.

Outros argumentos¹¹ que chamaram a atenção foram os ligados à memória e afetividade do lugar:

São muitos os aspectos que devem ser considerados numa decisão assertiva em se tratando de um bem tombado, de valor simbólico significativo. Uma delas é de caráter afetivo. A praça tem grande significado na vida da gente, principalmente quando se trata de uma cidade como a nossa, onde tudo gira entorno dela. Praça é sinônimo de liberdade, onde as crianças podem correr sem obstáculos, onde há o lúdico, onde o coração da cidade pulsa. É ali que nos reunimos, encontramos nossos amores, nos divertimos, onde deixamos de pensar e contemplamos a vida. É preciso respeitar o caráter simbólico, a alma do lugar!!!

Além da importância dos eucaliptos em relação ao tombamento, sendo estes considerados por alguns os principais elementos que justificam o tombamento da Praça, as plantas tiveram um caráter afetivo de sujeito, conforme as manifestações iam ocorrendo, sendo explicitado mais adiante.

Estratégias performáticas na praça

O evento da derrubada das primeiras árvores e todo o desenrolar do ocorrido podem ser vistos pela via do “drama social”, de Victor Turner (2008).

Para Turner, os dramas sociais são unidades processuais “isoláveis e passíveis de uma descrição pormenorizada” (2008, p. 28), que surgem em situações de conflito, ou seja, “quando os interesses e atitudes de grupos e indivíduos encontravam-se em óbvia oposição” (TURNER, 2008, p. 28).

Essa unidade de processo desarmônico, segundo o autor, tem quatro fases. A primeira é a de “ruptura de relações formais” (TURNER, 2008, p. 33), quando há um rompimento entre as partes ou uma delas descumpre alguma norma crucial para suas relações. No caso da Praça, moradores e outros atores viram um descumprimento das normas ligadas à conservação patrimonial por parte da Prefeitura Municipal, além do descuido em relação à transparência das informações.

Para a Prefeitura, Defesa Civil, entre outros atores (como até mesmo moradores), os manifestantes, ao impedirem as ações da prefeitura, estavam atrapalhando a ordem e a segurança. Enfim, é possível perceber interesses opostos no episódio, com a Prefeitura a favor da derrubada das árvores e da implementação de um projeto de revitalização, e moradores e outros manifestantes a favor da manutenção do espaço e de seus elementos.

A segunda fase dos dramas sociais se configura numa “crise crescente” (TURNER, 2008, p. 33), quando o conflito começa a tomar proporções mais evidenciadas. Pode-se pensar no exemplo aqui estabelecido nessa fase, no primeiro dia de ação da prefeitura e nos dias subsequentes quando as manifestações na praça começaram a crescer e houve tentativas de impedimento da derrubada de mais árvores.

Na terceira fase, a “ação corretiva”, os conselhos, mediações, arbitragens informais, mecanismos legais e jurídicos formais (TURNER, 2008, p. 34-35) são operacionalizados, como no presente caso, a partir de outras ações, ligadas às ações junto ao Ministério Público, à Câmara de Vereadores, aos manifestos nas redes sociais, às denúncias, reclamações e solicitações de esclarecimentos a diversos órgãos governamentais, dentre outras ações, como as marchinhas de carnaval explicitadas mais adiante.

A quarta e última fase, a de “reintegração” do grupo ou o reconhecimento e legitimação da cisma irreparável entre as partes, apresenta uma suposta finalização, que, no caso da derrubada das árvores, reverberou a constante lembrança do evento e do risco de mais derrubadas tempos depois.

Voltando ao movimento das fases da “crise crescente” e das “ações corretivas”, foram muitas as estratégias utilizadas para evidenciar a tensão existente após a ação da Prefeitura e a tentativa de interrupção da derrubada das árvores. Um exemplo foi a publicização da situação e convocação de mais adesões ao movimento em favor da manutenção das árvores. Nos primeiros dias seguintes à primeira derrubada, grupos escreveram manifestos, fizeram reuniões na praça (convocadas principalmente pelas redes sociais) e pequenas ações (algumas isoladas) em relação aos eucaliptos. Moradores e ativistas amarraram-se com cordas às arvores que seriam ainda derrubadas, e grupos promoveram “abração” em torno dos vegetais.

Segue a descrição¹² de um dia de manifestações:

Centenas de pessoas se reuniram no local com faixas, cartazes e apitos e impediram o trabalho da Defesa Civil. Um grupo ficou em volta de um dos eucaliptos que seria cortado, amarrados com cordas, e não pretendem sair do local até que o município desista da ação.

Além desse grupo, em certa ocasião, uma manifestante amarrrou-se a uma árvore antes da equipe começar os trabalhos de corte dos eucaliptos na praça. Acabou sendo detida. Nas seguintes imagens, retiradas de fotos das matérias referenciadas ao longo deste trabalho, do site G1¹³, é possível visualizar cenas das ações e como os manifestantes buscavam chamar a atenção das pessoas:



Fonte: Imagens disponíveis na matéria “Manifestantes se amarram à árvore e impedem corte em Friburgo, no RJ”. *Portal G1*, Globo, de 29/01/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/01/protesto-interrompe-corte-e-poda-de-eucaliptos-em-praca-de-friburgo-rj.html>>. Acesso em: 11 jan. 2016. A montagem foi feita por mim a partir das três imagens relacionadas às manifestações em prol da manutenção dos eucaliptos na matéria.

FIGURA 4

Montagem com três imagens dos manifestantes em volta dos eucaliptos

Cabe aqui destacar o aspecto performático de algumas manifestações, a partir do ponto de vista da “performance como um modo de comunicação” (BAUMAN, 1984, p. 290).

Richard Bauman, ao estudar a arte verbal, considera que a performance é uma comunicação, concebida e definida por si só. Ela carrega a expectativa de audiência, portanto uma responsabilidade de uma competência comunicativa que “repousa sobre o conhecimento e capacidade de falar de forma socialmente adequada”. Também envolve o desempenho do *performer*, que pode ser marcado como objeto de avaliação pelo público (BAUMAN, 1984, p. 292).

Certamente, os manifestantes, além dos objetivos de impedir ou retardar as ações de derrubadas das árvores, estabeleceram uma forma de comunicação com o público a fim de publicizar a situação e de manifestar apoio à manutenção do patrimônio, além de outras tomadas de posição em relação à prefeitura, ao patrimônio, a cidade, entre outras. Pois, além de chamar a atenção do público, as performances apresentavam a relação daquelas pessoas com o local e com os eucaliptos.

Além dessas manifestações, em fevereiro, durante o período de carnaval, foram feitas marchinhas relacionadas ao episódio, apresentadas na praça em performances musicais seguidas de danças, além de mais abraços coletivos. As imagens¹⁴ abaixo, retiradas de notícia sobre o carnaval politizado do site G1, ilustram algumas ações:



Fonte: Imagens disponíveis na matéria “Manifestantes se amarram à árvore e impedem corte em Friburgo, no RJ”. *Portal G1*, Globo, de 16/02/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/01/protesto-interrompe-corte-e-poda-de-eucaliptos-em-praca-de-friburgo-rj.html>>. Acesso em: 11 jan. 2016. Montagem feita por mim a partir de três imagens relacionadas às manifestações em prol da manutenção dos eucaliptos durante o bloco de Carnaval chamado “Eu me amarro em árvore”.

FIGURA 5

Montagem com três imagens das performances no carnaval

Apesar do seu caráter festivo, as marchinhas do Bloco chamado “Eu me amarro em árvore”, mostravam através das canções e danças o conflito existente e o posicionamento dos manifestantes em relação à derrubada de algumas árvores, além da opinião sobre a prefeitura e o IPHAN, como pode ser atestado nos seguintes trechos¹⁵ das marchinhas:

Pau do Glaziou

{refrão}

Quem cortou (uh)

Quem comprou (uh!)

O pau podre do Glaziou?

Quem cortou (uh)

Quem comprou (uh)

O pau enorme do Glaziou?

A melodia foi perdendo a Graça

Era barulho por toda a Praça

Os passarinhos mas que horror!

Não aguentaram tanto motor

{refrão}

A mãe de todos tombou na praça!

Nos amarramos com toda raça!

Alguém me explica esse caô

Se tava podre porque pagou!?

{refrão}

Nessa madeira se tem cupim,

Não corta não vende

Poda sim!

Não corta não vende poda sim!
{refrão}

Ih fantasiaram!

Iphan iphan iphan fantasiaram
mas do sol não protegia
o corta corta corta radical
acabou pegando mal!
cadê a praça? SUMIU
e o eucalipto? CAIU
Friburgo tá na boca do Brasil!
A vergonha na praça disfarçaram
cortaram até a melodia
Quando foi chegando o fiscal
Descobriram: é Carnaval!
Cadê a praça? SUMIU (...)

Para Schechner, apesar do caráter de “manter a velha ordem restaurada” (2012, p. 157) que festas, como o carnaval, assumem em determinados contextos históricos, as mesmas podem ser um mecanismo da improvisação, do cômico e da possibilidade de as pessoas fugirem do seu cotidiano e serem mais livres.

As pessoas se mascaram e se fantasiam ou agem de maneiras a não serem elas próprias. Esses comportamentos são quase sempre excessivos em relação à vida comum. Às vezes, as pessoas bebem, transam, roubam, queimam, se revoltam e matam; ou se vingam daqueles que elas julgam que erraram com elas (SCHECHNER, 2012, p. 157).

279

Esses comportamentos descritos por Schechner podem estar atrelados a disputas e interesses políticos, por isso para o mesmo “o carnaval, mais forte que qualquer outra forma de teatro, pode expressar uma poderosa crítica ao status quo” (SCHECHNER, 2012, p. 192). Esses desempenhos performáticos são chamados por ele de “teatro direcionado” que, diferente do drama social de Turner, é conscientemente criado (SCHECHNER, 2012, p. 195).

Em alguns momentos, é também comum, nos carnavais, “o político, o carnavalesco e o erótico” estarem ligados nesta dramatização direcionada (SCHECHNER, 2012, p. 172), como é possível atestar na primeira marchinha apresentada anteriormente.

Essa performance teatral dos carnavais, apresentada por Schechner, usa os espaços públicos para acontecer, como a rua e a praça. E no presente caso, utilizou-se do espaço patrimonial e de seus elementos naturais.

Assim como autores já apresentaram o uso da rua como espaço de mediação política (BARRETO, 2015, p. 9), as ruas e principalmente a praça do exemplo em questão também ganharam conotação de “campo privilegiado para as performances políticas e culturais” (BARRETO, 2015, p. 1) dos grupos, o que indica o espaço patrimonial como locus de mediação política. E considerando as subjetividades presentes nesse espaço, o patrimônio também pode ser considerado, nas palavras de Guimarães, uma “categoria política”, além da cultural, não sendo, portanto, definível por si. (2012).

Não é novidade ver a rua ocupando um lugar de destaque na política, principalmente quando nos referimos ao *modus operandi* dos movimentos sociais. No entanto, cabe destacar aqui, além desse caráter, o papel do patrimônio também nesta função de destaque e como isso pode ressignificar e trazer novas posições e até mesmo visões sobre o mesmo.

A convergência entre efervescência, uso de espaços com grande carga simbólica e impacto midiático reposiciona os sujeitos em relação ao cotidiano de suas vidas e ao fluxo de suas ações (BARRETO, 2015, p. 17).



Fonte: Acervo da autora (2019).

FIGURA 6
Uma das laterais da praça, atualmente

Cabe ainda destacar que os repertórios utilizados por estes grupos em prol da manutenção dos eucaliptos e da praça, além de estabelecerem uma comunicação com o público, operam de forma comunicativa com o próprio local e os eucaliptos, ressignificando as próprias relações com o patrimônio e seus elementos (materiais e imateriais).

Considerando as “ações corretivas” do drama social em questão, por exemplo, as ligadas ao acionamento da Justiça, recentemente, o Ministério Público Federal legitimou a cisma entre as partes e apresentou uma possível finalização do episódio.

Em janeiro de 2019, a Justiça Federal aceitou uma denúncia contra o ex-prefeito e seus dois secretários municipais da época, de Meio Ambiente e de Defesa Civil, acusando-os em ação judicial de alterarem local protegido por lei, conforme a Lei de Crimes Ambientais 9.605/1998. Os condenados poderiam pagar multas de R\$ 5 mil a R\$ 20 mil para a suspensão da ação, e a verba seria destinada a alguma associação de proteção ambiental ou histórico-cultural no município, segundo matéria do jornal local *A Voz da Serra*, de 15 de janeiro de 2019¹⁶.

A partir dessa matéria, ainda, é possível atestar o entendimento do órgão de Justiça próximo aos argumentos apresentados pelos manifestantes em 2015:

Na ação, o MPF lista os 14 eucaliptos cortados sem necessidade e explica que embora não sejam, individualmente, por sua condição de seres vivos, passíveis de tombamento, a existência das árvores confere ao conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Getúlio Vargas, seu valor paisagístico, artístico, histórico e cultural, de modo que a remoção delas alterou e descaracterizou ilicitamente o bem tombado.

Considerações finais

Este trabalho, apesar das diferentes motivações de influência no espaço da praça, ora pela intervenção do poder público e de empreendedores urbanos (como empresas contratadas), ora por iniciativa da sociedade civil, buscou apresentar o patrimônio, suas disputas de memória e sentidos na sua dinâmica e ressignificação constante. Ao analisar políticas de patrimônio, portanto, não se pode perder de vista os sentidos que as abarcam, como “complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios” (VELHO, 2007, p. 258).

Não foi intenção aqui apontar autenticidade ou origens genuínas (ou espúrias) nas demandas das partes, já que estas categorias, do ponto de vista antropológico, são inflexíveis e pouco dizem sobre o outro. Estes apontamentos, sendo ideológicos e ligados a concepções ocidentais de indivíduo, acabam restringindo o olhar para a vida social, que por sua vez é sempre aberta, construída e interpretada no presente, com elementos de descontinuidades (HANDLER, 1986).

Ainda assim, reconhecendo a importância do patrimônio enquanto espaço utilizado e reinterpretado cotidianamente pela população friburguense e por turistas, o trabalho pôde também servir de apoio à preservação desse patrimônio que, além de suas edificações humanas e planejamentos urbanísticos, possui elementos paisagísticos, naturais e vivos.

Por isso, é de suma importância a valorização e o estímulo ao crescimento dos debates acerca do conceito de paisagem cultural, bem como das políticas de tombamento de jardins históricos, categorias apresentadas à realidade brasileira recentemente, conforme nos lembra Simone Scifoni, no verbete “Paisagem Cultural” do Dicionário do Patrimônio Cultural, do IPHAN¹⁷.

Jardins históricos, enquanto sítios e paisagens agenciados pelo homem, como praças, parques, jardins botânicos, passeios públicos, dentre outros, detentores de memórias e de histórias da relação entre cultura e natureza (MAGALHÃES, 2016, p. 23), devem ser devidamente identificados, protegidos e registrados, na sua diversidade e nas suas particularidades. A Praça Getúlio Vargas não foge a essa regra e considerá-la nestes parâmetros só garantirá mais proteção aos eucaliptos e demais elementos constituintes do espaço.

Dentre as ações iniciais para a proteção dos jardins históricos está a identificação, relacionada ao reconhecimento e registro ordenado desse tipo de bem cultural e dos elementos que o compõem. A realização do inventário fundamenta a identificação e o registro do jardim histórico por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados, de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (IPHAN, 2010, p. 6).

A motivação deste trabalho foi, portanto, apresentar a complexidade existente nas tensões e conflitos de interesse do patrimônio, de sua memória e de sentidos para os atores. No entanto, apesar do caráter secundário, não se deixa aqui de reconhecer as relações de poder presentes nestes dramas. Como afirma Gilberto Velho:

A heterogeneidade da sociedade complexa moderno-contemporânea, manifestada dramaticamente nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas, aponta para as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção de um patrimônio cuja escolha e definição implica necessariamente arbítrio e, em algum nível, exercício do poder (VELHO, 2007, p. 260).

Como reflexão final, cabe destacar o lugar de mediação política que o patrimônio pode conter, e como seus usos performáticos, a partir da defesa de sua manutenção, podem mostrar esse patrimônio de maneira muito mais fluida e dinâmica do que pode aparentar.

A partir da breve apresentação desse episódio na praça de Nova Friburgo é possível analisar o caráter de constante construção de um local e de suas relações, além dos contextos heterogêneos onde se desenrolam o “teatro político” (SCHECHNER, 2012, p. 162).

É possível, ainda, analisar a relação entre os manifestantes e os eucaliptos, como os últimos sendo sujeitos presentes também nas manifestações e nos abraços coletivos, rompendo a distinção natureza/cultura, além de proporcionar um reposicionamento do patrimônio e dos atores envolvidos ao longo do tempo.

Os processos políticos e performáticos para a manutenção das árvores e do patrimônio friburguense da Praça – ele próprio enquanto categoria política – mostram o rompimento dos binarismos material e imaterial, sujeito e coisa, apresentando o patrimônio a partir de variadas vertentes, políticas, afetivas, ecológicas, dentre outras.

A partir das reflexões de Bauman, relacionadas a este episódio, fica evidente que a performance vai além da comunicação e semiótica. Ela própria inova, dá novos lugares e atualiza significados, como o do patrimônio, da praça e dos seus eucaliptos para muitos friburguenses, mostrando que o patrimônio e sua memória estão constantemente sendo ressignificados e reelaborados.

NOTAS

1. Este artigo foi produzido com base em pesquisa elaborada para o trabalho final do curso “Ritual e Simbolismo no Mundo Moderno: reflexões sobre saberes, rituais, performances e patrimônio cultural”, ministrado pela profa. Renata de Sá Gonçalves, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense, em 2015. O resultado da produção foi apresentado em comunicação intitulada “Eu me amarro em árvore”: reflexões sobre performance

política em um processo de defesa da patrimonialização em Nova Friburgo, no II Encontro de História: Trocas Historiográficas em História Regional, em Nova Friburgo, 2016.

2. “Nova Friburgo”. Disponível no site do IPHAN em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/380/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
3. *Ibidem*.
4. Registro retirado de texto publicado pela historiadora Janaina Botelho, em 16/02/2015 em página das redes sociais administrada pela mesma: “História de Nova Friburgo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=790327217682683&id=285008151547928>. Acesso em: 10 jan. 2016.
5. Manifesto lido na página do movimento “Abraço as árvores – SOS Praça Getúlio Vargas”. Disponível em: <<https://abrarvorenf.wordpress.com/2015/02/25/manifesto/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.
6. “Eucaliptos centenários em Friburgo, RJ, serão cortados e podados”, de Juliana Scarini, publicada em 06/01/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/01/eucaliptos-centenarios-em-friburgo-rj-serao-cortados-e-podados.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
7. “Choro e protesto marcam o corte e poda de eucaliptos em Friburgo, RJ”, de Juliana Scarini, publicado em 29/01/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/01/choro-e-protesto-marcam-o-corte-e-poda-de-eucaliptos-em-friburgo-no-rj.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
8. O Plano está acessível através da página de uploads (2015) da Prefeitura Municipal, em partes separadas. As partes 2 (levantamento histórico) e 3 (diagnóstico) podem ser acessadas em: <<https://novafriburgo.rj.gov.br/nova/wp-content/uploads/2015/04/Pra%C3%A7a-Friburgo-Etapa-2-Levantamento-Hist%C3%B3rico-e-Iconogr%C3%A1fico-27mar-2013.pdf>> e <<https://novafriburgo.rj.gov.br/nova/wp-content/uploads/2015/04/Pra%C3%A7a-Friburgo-Etapa-3-Levantamento-Hist%C3%B3rico-e-Iconogr%C3%A1fico-27mar-2013.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
9. Mais informações sobre essas ditas contradições, em matérias de jornal local, disponíveis em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/02/iphan-pede-paralisacao-temporaria-de-corte-de-eucaliptos-em-friburgo-no-rj.html>>, <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/02/inea-diz-que-10-eucaliptos-em-friburgo-foram-cortados-indevidamente.html>> e <<http://avozdaserra.com.br/noticias/eucaliptos-da-praca-getulio-vargas-terao-terceiro-laudo>>. Acesso em: 11 jan. 2016.
10. Texto do Jornal Século XIX, tirado da página do movimento “Abraço as árvores – SOS Praça Getúlio Vargas”. Disponível em: <<https://abrarvorenf.wordpress.com/2015/02/28/o-que-e-de-todos/>>. Acesso em: 11 jan. 2016.
11. *Ibidem*.
12. “Manifestantes se amarram à árvore e impedem corte em Friburgo, no RJ”, de 29/01/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/01/protesto-interrompe-corte-e-poda-de-eucaliptos-em-praca-de-friburgo-rj.html>>. Acesso em: 11 jan. 2016.
13. Imagens disponíveis na matéria do link citado na nota anterior. Acesso em: 11 jan. 2016. A montagem foi feita a partir das três imagens relacionadas às manifestações em prol da manutenção dos eucaliptos na matéria.
14. Imagens disponíveis em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/02/bloco-eu-me-amarro-em-arvore-protesta-contracorte-de-eucaliptos.html>>. Acesso em: 11 jan. 2016. Montagem feita a partir de três imagens relacionadas às manifestações em prol da manutenção dos eucaliptos durante o bloco de Carnaval chamado “Eu me amarro em árvore”.
15. “Bloco ‘Eu me amarro em árvore’ protesta contra corte de eucaliptos”, de 16/02/2015, de Juliana Scarini. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/02/bloco-eu-me-amarro-em-arvore-protesta-contracorte-de-eucaliptos.html>>. Acesso em: 11 jan. 2016.
16. “Justiça aceita denúncia contra ex-prefeito por crime ambiental”, de 15/01/2019. Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/justica-aceita-denuncia-contrax-prefeito-por-crime-ambiental>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
17. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 15 maio 2019.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Alessandra. Políticas da rua: manifestações, política e cultura entre imigrantes brasileiros em Lisboa (Portugal). *XI Reunião de Antropologia do Mercosul* – Montevideo, Uruguai, 2015.

BAUMAN, Richard. Verbal Art as performance. In: *Verbal art as performance*. Illinois: Waveland Press, 1984, p. 3-58.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

IPHAN. *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros*. Juiz de Fora/MG, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. *GEOUSP*, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra. *A história da Praça Princesa Izabel em Nova Friburgo: o projeto esquecido de Glaziou*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio na produção de espaços urbanos diferenciados. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília/Goiânia: ABA/Goiânia, 2012, p. 299-318.

HANDLER, Richard. Authenticity. *Anthropology Today*, v. 2, n. 1, p. 2-4, 1986.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Os jardins históricos como patrimônio cultural brasileiro: trajetórias. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas (Org.). *Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

SCHECHNER, Richard. A rua é o palco. In: LIGIERO, Zeca (Org.). *Performance e Antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

TURNER, Victor. Dramas sociais e metáforas rituais. In: *Dramas, campos e metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008, p.19-54.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

Maria Suellen Timoteo Correa é Doutoranda e Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Bacharela em Ciências Sociais e Licenciada em Sociologia pela UFF. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como citar:

CORREA, Maria Suellen Timoteo. A defesa da praça e dos eucaliptos: reflexões sobre o uso do patrimônio como espaço de performance e atuação política (Nova Friburgo / RJ). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 266-286, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.